



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 2.862, DE 2022**

**(Do Sr. Kim Kataguiri)**

Altera a Lei nº 12.514, de 2011, para proibir que conselhos profissionais incluam o nome de seus membros em cadastro de devedores ou façam protestos sem antes notificá-los

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-7050/2017.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

administrativas de cobrança, tais como a notificação extrajudicial, a inclusão em cadastros de inadimplentes e o protesto de certidões de dívida ativa, que serão sempre precedidas de notificação ao devedor, garantindo-se o prazo mínimo de 30 (trinta) dias após a notificação para o pagamento voluntário.”

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação.

KIM KATAGUIRI

Deputado Federal (UNIÃO-SP)

### Justificação

Os conselhos de classe, quando não recebem a anuidade devida pelos seus membros, costumam ingressar ou com execução judicial ou com protesto extrajudicial, além de incluírem o nome dos membros em listas de inadimplentes. Os protestos causam enormes prejuízos aos membros, que têm crédito negado e passam por vários constrangimentos.

Diversos cidadãos relatam que as medidas de protesto e inscrição de seus nomes em cadastro de inadimplentes são tomadas de maneira

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados  
Anexo IV, 4º andar, gabinete 421  
dep.kimkatgui@camara.leg.br  
CEP 70160-900 - Brasília-DF





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

atabalhoada, sem que a eles seja dada uma chance de pagar ou negociar a dívida ou até mesmo sem que eles saibam que a dívida existe.

O presente projeto dispõe que os conselhos só poderão protestar a dívida ou incluir o nome dos devedores em rol de inadimplentes se antes notificarem o devedor, devendo garantir um prazo mínimo de trinta dias para o pagamento voluntário. Além de darmos chance ao devedor de fazer o pagamento voluntário, acreditamos que a medida diminuirá o número de protestos indevidos, pois, como afirmado, muitos devedores sequer sabem da existência da dívida.

Sala das Sessões, (data)

KIM KATAGUIRI  
Deputado Federal (UNIÃO-SP)

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados  
Anexo IV, 4º andar, gabinete 421  
dep.kimkatgui@camara.leg.br  
CEP 70160-900 - Brasília-DF



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Katagui  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221751163800>



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

**LEI Nº 12.514, DE 28 DE OUTUBRO DE 2011**

Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente; e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 8º Os Conselhos não executarão judicialmente dívidas, de quaisquer das origens previstas no art. 4º desta Lei, com valor total inferior a 5 (cinco) vezes o constante do inciso I do *caput* do art. 6º desta Lei, observado o disposto no seu § 1º. (*“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 14.195, de 26/8/2021*)

§ 1º O disposto no *caput* deste artigo não obsta ou limita a realização de medidas administrativas de cobrança, tais como a notificação extrajudicial, a inclusão em cadastros de inadimplentes e o protesto de certidões de dívida ativa. (*Parágrafo único transformado em § 1º e com redação dada pela Lei nº 14.195, de 26/8/2021*)

§ 2º Os executivos fiscais de valor inferior ao previsto no *caput* deste artigo serão arquivados, sem baixa na distribuição das execuções fiscais, sem prejuízo do disposto no art. 40 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980. (*Parágrafo acrescido pela Lei nº 14.195, de 26/8/2021*)

Art. 9º A existência de valores em atraso não obsta o cancelamento ou a suspensão do registro a pedido.

.....

.....

**FIM DO DOCUMENTO**